

Dívida Externa Renegociação de US\$ 49,2 bilhões

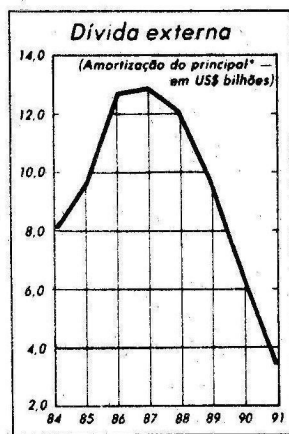
por Cláudia Safatle
de Brasília

O governo brasileiro levará a Nova York, nos dias 13 e 14 próximos, um "pacote" de US\$ 49,2 bilhões para ser renegociado junto aos bancos credores, representados no comitê de assessoramento da dívida externa brasileira, pelo período de 1985 a 1990. Essa renegociação plurianual refere-se apenas às amortizações devidas neste período aos bancos estrangeiros privados.

Ela totaliza US\$ 6 bilhões em 1985, US\$ 9 bilhões ao ano entre 1986 e 1988, US\$ 9,2 bilhões em 1989 e US\$ 7 bilhões em 1990. Caso a fase três do acordo externo envolva apenas cinco anos, como também está sendo considerado, esse montante, portanto, cairia para a faixa de US\$ 42,2 bilhões.

O presidente do Banco Central (BC), Affonso Celso Pastore, e o diretor da Área Externa do BC, José Carlos Madeira Serrano, embarcam neste domingo para Nova York. O ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, estará presente na reunião do dia 14. Após passagem pela Filadélfia e Washington, onde estará também o chefe da Seplan, Delfim Netto, para encontros com o diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Jacques de Larosière, com o secretário do Tesouro americano, Donald Regan, e com o presidente do Banco Mundial, Alden Clausen.

Delfim Netto irá a Londres e, provavelmente, Paris, e na versão oficial não participará da reunião do comitê, mas terá encontro



com o presidente desse comitê, William Rhodes.

Se aceita pelos bancos a proposta brasileira, de 1985 a 1989 o País não pagará o principal da dívida externa

(Continua na página 13)

A próxima missão do Fundo Monetário Internacional (FMI) chega nesta terça-feira a Brasília para checar o cumprimento das metas do terceiro trimestre deste ano e discutir o primeiro trimestre de 1985, que darão conteúdo à sétima carta de intenção a ser assinada com o governo brasileiro.

(Ver página 13)

Dívida Ext Renegociação de US\$...

por Cláudia Safatle
de Brasília
(Continuação da 1ª página)

junto aos bancos estrangeiros, desembolsando recursos para saldar amortizações apenas de organismos oficiais, como Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento, entre outras agências multilaterais. Esse volume de US\$ 49,2 bilhões seria refinanciado por catorze anos (sem carência), sofrendo, também, alterações nos encargos, principalmente nos "spreads".

Parcela significativa dessa dívida foi contraída a taxas de risco de até 2,25%, e acredita-se que esta será a parte mais complicada da renegociação, por envolver vários anos e ser efetuada por um governo em final de gestão e, também, por pretender reduzir os "spreads" para a faixa obtida pelo México, que foi de 1,125%.

Poderá ser bastante facilitada, porém, pela dispensa de contratação de recursos novos ("new money"), e este ponto, aliás, foi condição básica para uma renegociação multianual, como explicitou uma importante fonte oficial a este jornal. Em princípio, todas as contas de balanço de pa-

gamentos projetadas para os próximos seis anos indicam que, em 1985, é possível passar sem dinheiro novo e ainda acumular alguma reserva cambial.

Mas, se porventura for constatado pela próxima administração que é indispensável recorrer a empréstimos novos junto aos bancos privados, nada impede que se volte à mesa de negociações. "O importante, a essa altura, já foi acertado: que é deixar a próxima administração livre das amortizações da dívida", assegura a fonte oficial.

O próximo governo, que assume dia 15 de março próximo, ficaria encarregado, portanto, segundo essa visão, de renegociar anualmente apenas os projetos 3 e 4, que se referem às linhas de crédito comercial e interbancário, respectivamente. Estes não deverão compor o pacote multianual, lembra a fonte, que espera ver, para 1985, no mínimo a repetição das cifras deste ano, para essas duas linhas. Ela não vê dificuldades de ampliação do crédito comercial.

Nas projeções oficiais, 1985 poderá ser um ano razoavelmente estável no "front" externo, caso se confirmem as premissas básicas das contas simuladas pelos técnicos. O saldo da balança comercial, previsto em US\$ 12,4 bilhões, cobriria toda a conta de juros, restando, porém, um déficit em transações correntes de US\$ 3,2 bilhões. Para chegar a esse resultado, as exportações brasileiras totalizariam US\$ 28 bilhões (com um cálculo bastante cauteloso que significaria aumento de 3,5% sobre os US\$ 27 bilhões esperados para este ano), enquanto as importações gastariam US\$ 15,6 bilhões,

sendo que a economia com compras de petróleo representaria US\$ 300 milhões sobre os níveis atuais de US\$ 6,6 bilhões. Ainda assim, as importações teriam uma margem de crescimento de 12%, aproximadamente, no ano que vem.

RECURSOS

Para cobrir o esperado déficit em conta corrente, o governo conta com recursos novos apenas, portanto, de organismos internacionais. Cerca de US\$ 1,5 bilhão viria do Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento (já excluídas as amortizações de 1985), US\$ 1,4 bilhão seria empréstimo do Fundo Monetário e mais US\$ 1 bilhão de investimentos de risco. Se tudo isso se concretizar, esses créditos seriam suficientes para pagar o déficit em transações correntes e ainda acumular algo parecido com US\$ 700 milhões nas reservas cambiais, que encerram este ano com um caixa de US\$ 7 bilhões a US\$ 8 bilhões.

Os responsáveis pelas simulações das contas externas argumentam, a partir desse raciocínio, que não procedem as críticas de que esta administração estaria deixando o próximo governo com uma margem de manobra reduzida, ao não pedir dinheiro novo aos credores privados. Eles argumentam que todos esses cálculos trazem embutida uma perspectiva de crescimento de 6% no Produto Interno Bruto (PIB). Insistem, ainda, que são projeções bastante cautelosas, que envolvem uma taxa de 12,5% no próximo ano e uma média de 10,5% nos próximos anos até 1990, para um crescimento médio do comércio internacional de 3% nesse período.